



DISCURSO

Deputado OSMAR SERRAGLIO

Evento: Lançamento da Agenda Institucional do Cooperativismo - 2018

Data: 11/4/18

Exmo. Sr. Presidente da República, MICHEL TEMER,
Exmo. Sr. Márcio Freitas, Presidente da OCB
Cumprimentando a Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente da Frencoop,
cumprimento a todas as senhoras e senhores parlamentares.

Senhoras e Senhores, bom dia!

É certamente um grande privilégio estar aqui representando o Congresso Nacional e a Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) no Lançamento da Agenda Institucional do Cooperativismo – Edição 2018.

Em seu papel de inclusão, o cooperativismo pode ser considerado o modelo de negócio mais viável para o desenvolvimento sustentável. Baseado na união de pessoas, o movimento se destaca pela busca dos referenciais de participação democrática, independência e autonomia.

O que gostaria de enfatizar é que, para além da doutrina, cooperativismo é resultado. No meu Paraná, no ano passado, as cooperativas tiveram um acréscimo de R\$ 1,3 bilhão em relação a 2016, atingindo um faturamento de R\$ 70,6 bilhões de reais.

Este é um resultado que poderia estar concentrado nas mãos de poucos, mas que, no modelo cooperativista, é repartido de forma equitativa a mais de 1,5 milhão de cooperados, apenas no meu estado.

É isso o que diferencia o cooperativismo: a capacidade de promover oportunidades, a geração de renda e a inclusão produtiva e financeira, do Norte



ao Sul do País, em 13 setores da economia, abrangendo mais de 15 milhões de pessoas.

Num cenário complexo e de muitas incertezas, as cooperativas têm se posicionado fiéis aos seus valores e princípios, trazendo segurança aos seus associados e às comunidades onde estão presentes, funcionando como um verdadeiro norteador a milhões de empreendedores, na cidade e no campo.

E nós, integrantes da Frencoop, temos o dever de traduzir a magnitude do cooperativismo em leis e políticas públicas que favoreçam o seu marco regulatório, ou, que pelo menos, não representem entraves para o seu desenvolvimento, tornando o Brasil uma nação cada vez mais cooperativista.

Somente em 2017, acompanhamos, junto à OCB, 979 proposições legislativas com possível impacto para o cooperativismo. No total, foram 402 proposições positivas pautadas em comissões e plenários. E, em 89 oportunidades, evitamos que proposições com impacto negativo tramitassem no Congresso Nacional. Um trabalho conjunto de mais de 200 deputados e senadores da Frente Parlamentar do Cooperativismo em prol do nosso segmento.

E a Agenda Institucional do Cooperativismo representa nossa pauta de prioridades anual.

Para se ter uma ideia da importância dessa atuação, a partir de grande mobilização da Frencoop e da OCB junto ao Governo, conseguimos dar continuidade às atuais linhas de crédito voltadas ao cooperativismo no Plano Agrícola e Pecuário.

Foi também a partir desta mobilização, na qual reverencio o Deputado Domingos Sávio pela sua liderança neste processo, que votamos por unanimidade, na Câmara e no Senado, pela aprovação do PLP 100/2011, que tratou da gestão financeira de municípios por cooperativas de créditos, reforçando nossas cooperativas como agentes de inclusão financeira e desenvolvimento local.

Por meio da atuação de vários deputados e senadores junto à Aneel e ao MME, também conseguimos proporcionar um ambiente mais favorável às cooperativas



de eletrificação, para que as mesmas continuem prestando seu importante serviço de distribuição de energia elétrica ao meio rural, com o reconhecimento de suas particularidades.

E, com a coordenação da FPA, hoje temos uma legislação que trouxe segurança jurídica a milhões de produtores rurais e a centenas de cooperativas com a regularização dos débitos e ~~especialmente~~ a redução das alíquotas do Funrural, rendendo, aqui, minha homenagem ao trabalho da Deputada Tereza Cristina, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária.

Para 2018, a agenda institucional do cooperativismo estará voltada à simplificação, desburocratização e melhoria do ambiente de negócios para as cooperativas, com foco:

No reconhecimento do **adequado tratamento tributário ao ato cooperativo**, no âmbito da Reforma Tributária;

Na abertura do mercado de seguros para a atuação das cooperativas, no **PL 3139/2015**;

No **ajuste à legislação do ISS**, para garantir a viabilidade de prestação de serviços por instituições de abrangência nacional, como no caso das cooperativas de crédito e de saúde.

Na aprovação do **Marco Regulatório do Transporte Rodoviário de Cargas, PL 4860/2016**, no Senado Federal, garantindo o atendimento das particularidades das cooperativas do setor.

E, por fim, na aprovação do **PL 3067/2011, que permite o acesso das cooperativas de crédito ao FAT, para fins de crédito rural**, que agora está sob minha relatoria, na CCJC, antes de ir à sanção.

E, com a ajuda de S. Exa. O Presidente Michel Temer – o imbróglio da FUNAI encontrará breve resposta. Acredito que o atual momento político e econômico coloca em evidência a necessidade de trabalharmos por um país melhor, com maior confiança para investirmos e crescer.

Todavia, não posso concluir sem afirmar que vivemos tempos que nos



inconformam. Um dos maiores males a que nos submetemos – e isso é extremamente prejudicial ao país – é o da insegurança jurídica. O exagerado apego ao positivismo jurídico faz com que não tenhamos permanência nas normas.

Não fosse bastante nossa produção desenfreada de regras, ainda ficamos à mercê das mutantes visões dos aplicadores do direito. Questões da maior relevância são decididas por liminares, até contrariando o Pleno, como na questão indígena, ou pelo diferencial de um voto na Corte Maior. Se assim é, significa que quase metade daquele Sodalício discorda de decisão que afeta a tantos brasileiros, como no caso do FUNRURAL.

Ou então a impossibilidade de se saber qual a concepção que o Ministério Público tem sobre tal ou qual matéria e, por isso, assiste-se as surpresas que pipocam aqui ou acolá, a partir de individualismos que desnorteiam os cidadãos, os quais, afinal, não sabem qual deva ser sua conduta. Se o direito é regra de comportamento, como pode haver semelhante dúvida sobre como agir, pois que se fica ao alvedrio deste ou daquele titular de alguma competência? Veja-se o caso da Reforma Trabalhista, que o Ministério Público do Trabalho pretende destroçar.

Tão insegura navega a sociedade, que assiste ao mais pleno desrespeito ao direito de propriedade, quer pelas invasões de suas terras, quer pela improvisação de laudos de antropólogos apegados a ideologias que negam aquele direito, quer pela concepção de um isolado Ministro do Supremo. O que testemunhamos é a negação da Separação de Poderes, em evidente detrimento do Poder Legislativo.

Neste exato momento, nosso setor produtivo está à deriva, com as portas internacionais fechando-se e isso tudo como consequência de verdadeiros crimes de lesa pátria, na medida em que se potencializam mazelas como se fossem da generalidade. Que se responsabilize, sim, aqueles que se desviam da reta conduta – e não os que, com o maior denodo, esforçam-



se para não soçobrar neste universo competitivo. Basta de pirotecnias e mais respeito aos industriais do agronegócio.

A despeito disso tudo, aí estão os resultados que exibem nossos produtores tão injustiçados. Carregam, em seus ombros, a esperança de positivar a sobrevivência altaneira desta grande Nação.

Não posso finalizar sem testemunhar a eficiência dos técnicos da OCB e de seu Presidente, Márcio Fortes, sempre a nos instrumentalizar para a defesa do cooperativismo.

Também nosso público agradecimento a S. Exa. o Sr. Presidente da República, Michel Temer, por seu permanente diálogo, compreensão e pronta solução a nossos pleitos.

Como disse há pouco, estaremos atentos para que a pauta legislativa não afete negativamente o cooperativismo, mas também para aproveitarmos oportunidades de colocar o setor no centro da agenda de decisões.

A hora é de cooperar e as cooperativas têm servido como bússola nesta caminhada.

Muito obrigado!